

Africa Austral

Todos querem salvar Nkomati

Em vésperas do primeiro aniversário do acordo de Nkomati, a diplomacia da maior parte dos países da África Austral está mobilizada para salvar esse acordo aparentemente «contra natura» entre Moçambique e a África do Sul.

FERNANDO MAGALHÃES

O próprio presidente em exercício da OUA, Julius Nyerere — um dos líderes africanos que mais dificilmente aceitou o acordo — está encarregado de o defender numa visita a várias capitais da Europa ocidental. A missão foi-lhe confiada formalmente na cimeira dos Seis países da Linha da Frente, no passado dia oito, em Lusaka. Nyerere sensibilizará os dirigentes europeus no sentido de pressionarem a África do Sul a cumprir «no espírito e na letra» o acordo de Nkomati. Por outras palavras, a pressionarem Pretória a eliminar todo o apoio à Renamo com origem na África do Sul. Mas não só: círculos diplomáticos europeus julgam saber que Nyerere tentará convencer os dirigentes europeus a exercerem pressão sobre Pretória para que os sul-africanos cumpram um outro acordo também assinado em ano (16 de Fevereiro) com Angola — o compromisso de Lusaka.

Compromissos

Na perspectiva dos Seis, Pretória deverá retirar definitivamente do sul do território angolano como se comprometera, acelerando o processo de independência da Namíbia mediante compromissos a assumir com Angola. Compromissos que passariam por um lado pela rápida retirada escalonada da maior parte do contingente militar cubano e pelo compromisso de estancar o apoio à UNITA, aliás ultimamente já reduzido substancialmente, segundo as mesmas fontes diplomáticas.

Nyerere exporá também a opinião dos Seis quanto à necessidade do governo de Pieter Botha dar «indicações concretas» de que se dispõe a dismantlar o sistema do «apartheid», considerado nas capitais africanas «principal foco de instabilidade na África Austral».

Aparentemente paradoxal é o facto de também a diplomacia sul-africana ter estado muito activa nas últimas semanas com o mesmo objectivo: salvar o acordo de Nkomati.

Pretória utiliza os seus contactos com o governo de Maputo e com os próprios rebeldes da Renamo não só a sua diplomacia oficial como personalidades privadas com acesso às duas partes envolvidas no conflito. Objectivo: encontrar um ponto comum de compromisso «realista» que lhe permita voltar publicamente a pri-

meiro plano como negociador de um acordo definitivo de cessar-fogo.

Fontes diplomáticas mantêm cepticismo quanto a este tipo de negociações, apontando um «vício» difícil de ultrapassar — a não existência de verdadeiro mediador. Isto, porque a diplomacia sul-africana é agora «suspeita» tanto para o governo de Maputo como para a Renamo. O governo português parece ter decidido remeter-se a um discreto papel de observador não interveniente, após ter dado a conhecer aos beligerantes e aos principais mediadores a sua posição. Portugal predispõe-se a contribuir para a resolução negociada do conflito desde que tenha a concordância das partes envolvidas, nomeadamente o governo de Maputo.

Duas leituras

A nível oficial Pretória tem movimentado o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, P. Botha que em Fevereiro visitou várias capitais europeias, nomeadamente Paris. P. Botha garantiu que o seu governo cessou todo o apoio à Renamo e deu mesmo a conhecer acções destinadas a eliminar os apoios tanto internos como externos aos rebeldes anti-Frelimo. Em Fevereiro circularam mesmo rumores de que o próprio presidente Botha intercedera pessoalmente junto dos das Comores, da Somália e do Malawi para que fosse impedida a passagem de armas para a Renamo. Refere-se mesmo o envio (nunca confirmado) de um emissário ao sultanato de Oman, com o mesmo objectivo.

A atitude de Pretória tem duas leituras nas várias chancelarias da África Austral e mesmo europeias. Há quem defenda — aliás como acontece em alguns círculos governamentais de Maputo — que Pretória usou Nkomati como instrumento destinado a ganhar tempo. Por um lado, o apoio discreto aos rebeldes levaria à paralização acelerada do país; por outro o próprio acordo e a falta de resultados concretos provocariam a erosão gradual do prestígio do presidente da Frelimo aumentando as hipóteses de substituição do regime por um novo poder, constituído com base na Renamo e numa facção da Frelimo «menos radical». O objectivo em Angola com a Unita seria idêntico em relação ao regime de Eduardo dos Santos.

Militares renovadores

A maioria acredita que Pretória tenta de facto salvar Nkomati porque ele é um símbolo de toda uma política externa regional que só com a sua integral aplicação terá credibilidade.

Para os que fazem essa leitura, o governo de Pieter Botha continua a ser a expressão de um poder militar que, talvez paradoxalmente, no contexto actual da África do Sul e da própria África Austral é renovador. Seria mesmo a melhor aposta numa redução gradual de tensões internas e regionais.

Com uma perspectiva globalizante e não apenas local, o exército sul-africano seria de facto a única força capaz de proporcionar uma abertura lenta. Abertura que acompanhada de um incremento do mercado interno e de uma rápida valorização profissional dos negros conduziria a um inevitável dismantelamento do «apartheid».

Para a actual administração americana — e Reagan ainda há dias anunciou estar disposto a lutar contra todas as tentativas de imposição de restrições aos investimentos na África do Sul — a própria aritmética demográfica (dentro de 20 anos os negros serão cerca de 75% da população e os brancos 13,5%) e a industrialização do país determinarão o fim da discriminação racial e dos bantustões.

É uma hipótese. Mas apesar de todas as pressões internacionais e de uma crescente instabilidade interna, Pieter Botha reiterou recentemente a disposição do seu regime de não aceitar a perspectiva da África do Sul como um Estado unitário.

Cenário muito possível

Continua, no entanto, a admitir uma abertura gradual de direitos políticos aos negros urbanos; isto é, os que não são «cidadãos» e bantustões. Nesse cenário, um estado central, a África do Sul, seria eixo de uma eventual união de Estados federados e um país sem discriminação racial.

Esse objectivo seria conseguido pelo sistema já conhecido em Pretória por «ten out, ten in» ou «dez admitidos, dez fora, nos bantustões». Os bantustões receberiam metade dos 16 milhões de negros que habitam no núcleo central ainda branco futuro estado motor da federação. Os seis a oito milhões restantes, equivalendo a uma percentagem menor que a totalidade dos brancos, mestiços e indianos, seriam gradualmente integrados no actual sistema político presidencialista e multipartidário. O próprio ANC — com ou sem Nelson Mandela — poderá ser um desses partidos, legalizado, desde que se comprometa a abandonar a luta armada. O mesmo sucederia, claro, com a Frente Democrática Unida (UDF) agrupando agora mais de 600 organizações de vários tipos, desde religiosas a sindicais e apoiando o ANC. Seriam também legalizados o Partido Pan-Africano, PAC, adversário do ANC (do qual foram agora libertados vários dirigentes), a Organização do Povo Azanianó (AZAPO) próxima do PAC e anti-ANC, a Liga de Acção do Cabo (CAL) assim como o Inkatha, dos zulus liderados pelo prestigiado chefe Gatsha Buthelezi.

Estas organizações que já hoje não estão de acordo quanto a questões como o futuro da África do Sul e nem mesmo quanto às actuais vantagens ou desvantagens de sanções económicas ao país, teriam de concorrer com os partidos já existentes e com outros que viessem a formar-se; eventualmente mesmo partidos pró-apartheid como Partido Conservador Sul-Africano (agora na oposição ao Governo de Botha).

Estaria assim garantido o controlo do Poder pela minoria branca e Afrikaner.

É talvez neste sentido que apontam os cuidadosos contactos com o ANC por enquanto feitos por intelectuais ligados ao Partido Nacional ou quadro médios do governo; alguns dos quais tiveram lugar em Maputo e em Lusaka. Observadores atentos da cena política africana apontam todavia o progresso que representaria uma democracia deste tipo, em África, desde que estivessem garantidas as liberdades sindicais, de circulação entre os vários estados, etc. Isto apesar do sistema garantir um domínio quase a todos os níveis por este estado central de indústria e agriculturas modernas, sobre os pequenos e divididos bantustões ainda numa fase de economia rural.

Mas se for este o objectivo do poder militar representado pelo governo de Pieter Botha, para a sua África do Sul, mesmo assim será necessário executar toda uma política regional que passa pela estabilidade da região e do qual Nkomati terá de ser penhor de credibilidade.



Samora Machel, presidente da República Popular de Moçambique



Peter Botha, primeiro-ministro sul-africano